

MOROSIDADE DO JUDICIÁRIO

FRANCISCO PEÇANHA MARTINS

Ministro do Superior Tribunal de Justiça

Acusa-se de moroso o Poder Judiciário. E tem razão o povo. A prestação da justiça, que não pode ser imediata pela necessidade e dificuldade na realização da prova, está deixando a desejar, além do nível da razoabilidade. O juiz brasileiro, porém, não é tardinheiro, como invectivou Rui Barbosa na inigualável "Oração aos Moços". Trabalha-se, e muito, em todas as instâncias em que se desenrolam os processos civil e penal brasileiros. As estatísticas dos Tribunais demonstram, à saciedade, o grande número de recursos julgados. Os cartórios da primeira instância vivem abarrotados de feitos e mesmo nos Juizados Especiais, das chamadas pequenas causas, observam-se filas enormes, impeditivas de solução rápida das lides. Em algumas cidades, a fila de precedência para a marcação de audiências já é de dois (2) anos. Nos tribunais superiores, o quadro é desalentador. Julgar, neles, é tarefa assemelhada à do combatente de incêndio carregando água em cesto. Por mais que se julgue, maior é o volume de recursos. O quadro abaixo dá conta do que ocorreu neles no ano passado. No ano em curso, não há perspectiva de melhora, mas previsão de piora, a assinalar no quadro da distribuição. No TST, por exemplo, já são 4 ou 5 prédios alugados para depósito de autos. No STJ, alguns gabinetes duplos já estão abarrotados, e se anunciam novas distribuições represadas.

Quadro estatístico dos recursos distribuídos e julgados no STF, STJ e TST, respectivamente:

STF			
2003		2004	
DISTRIBUÍDOS	JULGADOS	DISTRIBUÍDOS	JULGADOS
109.965	107.867	60.923	87.417*

* Total até setembro/2004

STJ			
2003		2004	
156.449	96.954	97.455	82117*

* Total até setembro/2004

TST			
2003		2004	
226.440	216.999	150.255	147.585*

* Total até setembro/2004

A que se deve tal quadro, afastada a combatível desídia de uns poucos magistrados?

Não faz muito, o Presidente da República, com propriedade, declarou que o grande problema do país é o da "colcha curta". Por mais que arrecadem, os governos estão em permanente déficit orçamentário. No que diz respeito ao Judiciário, a penúria se reflete na insuficiência das verbas de investimento, manutenção e custeio, e no "calote" estatal do não-cumprimento dos precatórios. Os governos não cumprem a obrigação de pagar as suas obrigações, mesmo em prestações, como permitiu o ADCT, arts. 33 e 78 (EC n. 30/2000).

Mas a falta de recursos com que pagar e circunstâncias outras determinam a protelação e a procrastinação dos feitos pelos governos, recorrendo os procuradores até a última instância, tenham ou não razão. Por isso é que as pessoas jurídicas de direito público ocupam, na estatística dos recursos especial e extraordinário, o primeiro lugar, no patamar dos 80% (oitenta por cento) dos feitos distribuídos. No TST, 90% (noventa por cento) dos recursos são requeridos pelas empresas, as reclamadas, pois é sumamente benéfico recorrer diante do reduzido custo dos ônus processuais — juros de 1% a.m. — correção monetária — em comparação às altas taxas de juros cobrados pelos bancos.

A frágil economia brasileira vem sendo sacudida, ao longo dos anos, por planos econômicos, cujos resultados variam de inflação aguda à

deflação e estagnação. Os altos e baixos a que os economistas desenvolvimentistas e monetaristas impuseram ao país, com planos econômicos imaginosos e plenos de promessas fáceis de realização dos anseios populares, trouxeram para todos os cidadãos brasileiros consequências marcantes. À fantasia do Plano Funaro, que atitou aos píncaros a inflação e perturbou a marcha normal dos negócios com a "tablita", seguiu-se o Plano Bresser e os mais célebres, os Collor I e II, que afetaram as economias de todo o povo. A consequência funesta para o Judiciário: da noite para o dia, uma estrutura concebida para acudir a normalidade de litígios entre os cidadãos via-se abalada por centenas de ações contra a União e pessoas jurídicas de direito público — CEF e Banco Central e bancos privados. A Justiça Federal, então modelo de funcionamento, viu-se abarrotada de ações, sempre multiplicadas nos últimos anos por absoluta inadequação do processo civil brasileiro.

Temos, então, esboçada a primeira das causas da plethora de ações, agravada por um fenômeno salutar na vida da Nação: o povo brasileiro, com a redemocratização, conscientizou-se de que tem direitos e felizmente busca exercê-los recorrendo ao Judiciário. Tem fome e sede de justiça e urge atendê-lo, proporcionando-lhe resposta hábil às suas demandas. A quantidade de feitos, contudo, excede a estrutura atual do Poder Judiciário, fenômeno que todos conhecem desde o governo Geisel, quando o senador Acioly Filho revelou as diferenças estatísticas proporcionais entre os quadros dos magistrados do Brasil e da Alemanha.

Mas a "colcha curta" e a falta de juristas habilitados a assumir tão graves responsabilidades (que o digam os Tribunais, desfalcados de juízes para preencher vagas existentes), e com o atual quadro de julgadores insuficiente e submetido a processo inadequado, embora primoroso no aspecto científico, pergunta-se: o que fazer?

Renomados juristas pátrios vêm se dedicando à tarefa de reformar o Código de Processo Civil. Algumas emendas têm sido feitas,

com as quais, com muitas vênias, não tenho concordado por não possibilitarem o resultado desejado, como ocorreu com as modificações no procedimento do agravo ou mesmo por infringência às regras constitucionais da publicidade dos atos judiciais do contraditório e da ampla defesa, como foi a reforma do art. 557 do CPC.

O termo *reforma*, no País, tem conotação mágica. Para todos os males, uma reforma. Temos, porém, reformas e reformas, como realçou Lampedusa no seu festejado "O Leopardo".

No caso brasileiro, quer-se reformar para manter. A propósito do tema convém lembrar o que disse o professor Buzaid, eminente processualista, quando solicitado pelo Presidente Geisel para empreender a reforma do CPC. Respondeu-lhe o mestre que, para reformar, não aceitaria o encargo honroso, pois seria uma tarefa difícilima. Aceitou fazer um novo código. E o fez com louvores do mundo acadêmico. O novo código é um primor de lógica e rigor científico. Dizem-no, os mestres, em condições de confronto com os inspiradores Código Italiano e Português. Mas, na prática, os resultados não foram melhores que os alcançados sob a égide da codificação projetada por Batista Martins no Decreto-lei n. 1.608, de 18.09.39, revogada, em grande parte, pela Lei n° 5.869, de 11.01.1973.

A morosidade, desde o Brasil-colônia denunciada por Gregório de Matos, o "Boca do Inferno", se agravou com o desarranjo econômico-financeiro da Nação.

Várias soluções para minorar o quadro desalentador atual da jurisdição foram sugeridas e implementadas.

A súmula vinculante — que sofreu cerrado bombardeio dos magistrados de 1º grau, capitaneado pela Associação dos Magistrados Brasileiros, que afirmara ser a súmula vinculante concentradora das decisões dos Tribunais Superiores e teria o efeito perverso de "matar a

independência jurídica do juiz", pois seria na primeira instância, no contato com as partes e as provas, que surgiriam as melhores decisões, foi, afinal, aprovada pela EC 45, e em boa hora, penso, para minorar o caos instalado no sistema judiciário por uma série de fatos e atos governamentais.

A questão da morosidade não se deve só ao acúmulo de recursos nos Tribunais. Ao contrário, é no primeiro grau de jurisdição que se avolumam as lides. O número de ações distribuídas na primeira instância é infinitamente superior ao de recursos nos Tribunais de segunda instância, especial e extraordinária. É exatamente na primeira instância que reside a maior gravidade dos problemas, haja vista o que vem ocorrendo nos juizados especiais nos Estados mais desenvolvidos, nos quais já se observam extensas filas para a audiência inaugural, a exemplo do que sucede na Justiça do Trabalho. A súmula vinculante, que não é do meu inteiro agrado, auxiliará o magistrado na difícil e hoje estafante missão de distribuir justiça. Mas de nada adiantará adotar-se a súmula circunscrita à matéria constitucional, sob a competência do STF. Há que se estender a prerrogativa ao STJ, para onde convergem os recursos versando a matéria legal.

Não será bastante, porém, a adoção da súmula para evitar a repetição de ações. Não. Impõe-se, no Estado Democrático de Direito Federativo das nações de grande extensão territorial e numerosa população, solucionar, no mais breve espaço de tempo possível, as questões que afetem a coletividade ou parte significativa do povo. Veja-se, por exemplo, a questão da correção monetária dos depósitos do FGTS em decorrência do Plano Collor, editado em março de 1990, ou seja, há mais de quinze (15) anos. Até hoje a questão é discutida, contando-se aos milhares os recursos no STJ, onde já se somam, também aos milhares, as ações rescisórias intentadas pela CEF, o mesmo ocorrendo nos Tribunais e Varas da Justiça Federal. Quanto de tempo e de dinheiro se perdeu e se continuará perdendo no exame dessa matéria, além da afetação da

imagem do Judiciário. Ao longo dos 15 últimos anos, quanto de tempo, de recursos econômicos e de credibilidade se esvaiu por falta de instrumento jurídico adequado à solução dos graves problemas motivados pela ação governamental, bem ou mal implementada. E pensar que já tivemos o meio processual próprio para a solução rápida dessas questões. Sim, estou a falar na avocação, pelo STF ou STJ, das causas afligentes de parcela ponderável do povo. A Constituição de 1967, com a Emenda nº 7, de 1977, quando se cogitou de solução à crise do Supremo, estabeleceu:

Art. 119. Compete ao Supremo Tribunal Federal:

I — processar e julgar originariamente:

o) as causas processadas perante quaisquer juízos ou Tribunais, cuja avocação deferir, a pedido do Procurador-Geral da República, quando decorrer imediato perigo de grave lesão à ordem, à saúde, à segurança ou às finanças públicas, para que se suspendam os efeitos de decisão proferida e para que o conhecimento da lide lhe seja devolvido;

p) o pedido de medida cautelar nas representações oferecidas pelo Procurador-Geral da República; ...

A avocação, embora exercida com absoluta moderação pelo STF (avocou-se cinco ou seis causas), foi repelida pela Constituinte de 1988. Sofreu intensa campanha opositora da magistratura de primeira e segunda instância e da advocacia, desejosos de manter o *status quo*, o prestígio e a clientela sob a invocação de que decidirá melhor o juiz da causa, por mais próximo dos fatos e participe da elaboração da prova. Não discuto a importância do juiz de primeira instância para a formação e evolução do direito. Proclamo-a, mesmo, defendendo para ele maior poder na condução dos processos. Mas não posso conceber dúvidas quanto aos julgamentos das causas pela Suprema Corte ou pelo STJ e o caráter democrático da medida, sobretudo num país que adota o sistema jurídico único, submetidas as decisões à revisão pelas Cortes Superiores de Justiça.

A avocação das causas, a requerimento do Ministério Público, é medida que se impõe, de imediato, juntamente com adoção da súmula vinculante, desde que referendada pelo Pleno do STF e pela Corte Especial do STJ, ouvido o Ministério Público Federal, em parecer homologado pelo Procurador-Geral.

A avocação se me afigura providência imediata, inadiável, para imprimir maior eficiência e celeridade ao processo e minorar o desprestígio do Poder Judiciário, imprescindível ao Estado Democrático de Direito. E já a temos, diga-se, embora somente atribuída ao Conselho Nacional de Justiça (arts. 92, I-A, e 103, B, III, da C.F.).

Tais medidas assegurariam a racionalidade e normalidade no julgamento dos recursos e ajudariam sobremaneira aos juízes de primeiro grau, cujas serventias se encontram também abarrotadas de processos, aguardando, bolorentos, na fila interminável, o julgamento tardio, dando tempo a que o Poder Legislativo possa levar a cabo a tarefa de reconstruir ou mesmo de elaborar novos códigos de processo civil e penal, consentâneos com a realidade brasileira.

Afinal, não é possível imaginar possa o Poder Judiciário atender às necessidades de uma economia industrial vibrante e versátil como a brasileira, com uma estrutura pensada e implantada para a solução de questões típicas de uma economia agrária.

Mas, a par dessas medidas, outras de natureza infraconstitucional poderiam ser adotadas, com previsibilidade de bons resultados.

A adoção do simples protesto retido nos autos contra as decisões interlocutórias, para possibilitar o reexame pelo próprio juiz da causa e impedir a preclusão e reexame, se requerido em apelação. O agravo de instrumento deveria limitar-se apenas a atacar as decisões de

inadmissibilidade dos recursos tidos por excepcionais — revista, especial e extraordinário.

Os recursos deveriam ser sempre recebidos no efeito devolutivo, restabelecida a boa doutrina de só admitir-se execução definitiva, ou os atos de disposição de bens, em havendo coisa julgada.

No plano da jurisprudência, não vejo razoabilidade na interpretação que permite à parte recorrer até a instância extraordinária para tentar corrigir decisão interlocutória. A interpretação dada aos arts. 102, III e 105, III, da Constituição não se coaduna com as regras do processo, isso porque o vocábulo "causas" não tem sinonímia com "questões" processuais. Causa, na dicção do CPC, significa lide, ação. No Título V, Capítulo VI, Seção II, disciplinando "O valor da causa", diz o CPC no seu art. 258:

Art. 258. A toda causa será atribuído um valor certo, ainda que não tenha conteúdo econômico imediato

No art. 259 prescreve: "O valor da causa constará sempre da petição inicial e será...".

No art. 261 e seguintes permite o CPC ao réu: "*O réu poderá impugnar, no prazo da contestação, o valor atribuído à causa pelo autor...*". E no parágrafo único declara: "*Não havendo impugnação, presume-se aceito o valor atribuído à causa na petição inicial.*"

Art. 271. *Aplica-se a todas as causas o procedimento comum, salvo disposição em contrário deste Código ou de lei especial.*

Art. 275. *Observar-se-á o procedimento sumário:*

I — nas causas cujo valor não exceda a sessenta vezes o valor do salário mínimo;

II — nas causas, qualquer que seja o valor;

Parágrafo único. Este procedimento não será observado nas ações relativas ao estado e a capacidade das pessoas.

Observa-se que, excepcionando o procedimento, o Código se vale, no parágrafo único, da expressão sinônima "ações".

De outra parte, é indiscutível que o CPC distingue lide e questões.

E o faz no art. 468 — *"A sentença, que julgar total ou parcialmente, tem força de lei nos limites da lide e das questões decididas."*

A interpretação predominante, consagradora de sinonímia entre os vocábulos causa e questões, favorece indiscutivelmente o procrastinador. Valendo-se do agravo de instrumento e dos recursos especial e extraordinário, faz avolumar-se a fila dos processos nos tribunais superiores, retardando o procedimento na primeira instância por alguns anos. A simples observação das estatísticas do STJ e do STF revelam que 35% (trinta e cinco por cento) ou mais dos recursos visam à correção de decisões interlocutórias.

A adoção de procedimento único, sob a condução do juiz, com ênfase na conciliação das partes aceleraria o curso das ações. O procedimento ordinário favorece à procrastinação, com o interminável séquito de recursos às diversas instâncias.

De igual modo, não é possível continuar no exagerado favorecimento do devedor. É que, no Brasil, os grandes "devedores" não são os pobres, os humilhados e ofendidos, mas os mais bem aquinhoados: empresas e o próprio governo, este o grande inadimplente. Não faz muito o Min. Jobim enfatizou a necessidade de industriais e banqueiros, reunidos em conclave, procederem com rigor ético no processo trabalhista, abandonando a prática de recorrer para obter proveito econômico-financeiro mediante acordos leoninos, lesivos a quem não pode esperar, o



empregado, com a diferença entre a remuneração de capital e o "quantum" indenizatório atualizado e remunerado com juros de 1% (um por cento) ao mês. A prática da "litigância à florentina" conduziu a fila monumental no TST, que, por falta de espaço de abrigar ou volumosos autos, mantém cinco (5) prédios alugados para depósito.

A famosa divisão entre o processo de conhecimento e a execução não deve continuar nos termos vigentes.

Com o trânsito em julgado da sentença, deve inverter-se a iniciativa da execução do julgado. O vencido deverá ser compelido a cumprir o decidido, a satisfazer a obrigação de dar ou fazer imposta pela sentença transitada em julgado, lei entre as partes, sob pena de multa e apreensão de bens. Não há porque ser o vencedor na lide obrigado a chamar o vencido para cumprir o julgado. A obrigação de promover a liquidação, se ilíquida a sentença, e o cumprimento imediato do julgado devem ser cometidos ao vencido na lide.

A diminuição do número de recursos é imperiosa. Não se concebe, por exemplo, a permanência dos embargos infringentes, num país praticante da democracia, em que as decisões são tomadas por maioria.

Faço estas considerações para ajudar na discussão dos remédios que deverão ser adotados para curar ou remediar os efeitos do grande mal afligente da nação que tem sede de justiça e necessita de resolver os litígios em menor espaço de tempo.